

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**DO ASSISTENCIALISMO AO PROCESSO EDUCATIVO: O PAPEL
PEDAGÓGICO DA CRECHE**

IPAMERI/GO
Novembro/2020
HELEN DOS SANTOS MOREIRA

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

HELEN DOS SANTOS MOREIRA

**DO ASSISTENCIALISMO AO PROCESSO EDUCATIVO: O PAPEL
PEDAGÓGICO DA CRECHE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Federal Goiano,
Campus Avançado Ipameri, como requisito
parcial para a obtenção de Título de
Graduação em Segunda Licenciatura em
Pedagogia, orientado pela profa. Ma. Hilma
Aparecida Brandão

IPAMERI
Novembro/2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 26/2020 - CMPAIPA/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) vinte e três dia(s) do mês de novembro de dois mil e vinte, às 16 (dezesesseis) horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Hilma Aparecida Brandão (orientador), Darciene Barros Leão Cirino (membro externo), Uiara Vaz Jordão (membro interno), para examinar o Trabalho de Curso intitulado "Do Assistencialismo ao processo educativo: O papel pedagógico da Creche", do(a) estudante Helen dos Santos Moreira, Matrícula nº 2018212222330112 do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano - Campus Avançado Ipameri. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante, com a média final 9,2. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(Assinado Eletronicamente)

Hilma Aparecida Brandão

Orientador(a)

(Assinado Eletronicamente)

Uiara Vaz Jordão

Membro Interno

(Assinado Manualmente)

Darciene Barros Leão Cirino
Darciene Barros Leão Cirino

Membro Externo

Dedico este trabalho a Deus; ao meu namorado, familiares e amigos, que me dispensaram apoio e, em especial ao meu filho Vinícius, pela compreensão, apesar de tão novo, de todas as minhas ausências em função dos estudos.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

(Paulo Freire)

DO ASSISTENCIALISMO AO PROCESSO EDUCATIVO: O PAPEL PEDAGÓGICO DA CRECHE

Helen dos Santos Moreira
Profa. Ma. Hilma Aparecida Brandão

Resumo: Este artigo tem como título “Do assistencialismo ao processo educativo: o papel pedagógico das Creches”, e parte das seguintes inquietações: como se construiu essa concepção da Creche como uma instituição assistencialista? Que mudanças importantes aconteceram desde as primeiras Creches aos dias atuais? Que significados tais mudanças tiveram na vida das crianças? As questões levaram ao desenvolvimento do tema, tendo como objetivo compreender as transformações ocorridas historicamente sobre o significado da creche desde o momento de sua criação, no qual se tinha uma perspectiva assistencialista, até os dias atuais, as conquistas e Leis que regulamentam o processo educativo nas Creches e o direito ao ensino escolar, bem como o papel pedagógico que estas instituições desempenham na educação infantil. Apresentamos brevemente o entendimento que se tem de criança e infância desde a Revolução Industrial até a contemporaneidade. Para tal, analisamos documentos e Leis elaboradas no intuito de normatizar o ensino na Creche e pré-escola, por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo.

Palavras-chave: Educação Infantil; creches; assistencialismo; documentos oficiais.

Abstract: The pedagogical role of daycare centers”, and part of the following concerns: how was this conception of the daycare center built as an assistance institution? What important changes have happened since the first daycare centers to the present day? What significance did these changes have in the lives of children? The questions led to the development of the theme, with the objective of understanding the transformations that have occurred historically about the meaning of the daycare center since the moment of its creation, in which there is an assistance perspective, until the present day. The achievements and laws that regulate the educational process in daycare centers and the right to school education, as well as the pedagogical role that the daycare plays in early childhood education. We briefly present the understanding of children and childhood from the Industrial Revolution to the present. To this end, we analyzed documents and laws developed in order to standardize teaching in daycare and pre-school, through this document analysis and bibliographic research of a qualitative nature.

Keywords: child education; nurseries; assistentialism; official documents.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CRECHES NO BRASIL: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA E A LEGISLAÇÃO.....	9
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

1 INTRODUÇÃO

O interesse por essa pesquisa surgiu após as experiências e vivências que tive e ainda tenho com meu filho Vinícius, de seis anos, quando ele iniciou aos dois anos de idade seus estudos na creche, inicialmente em decorrência da minha necessidade, pois tive que retornar ao trabalho. Nesse período, o entendimento que eu tinha sobre o significado da creche provinha de uma visão que erroneamente a maioria das pessoas ainda possui nos dias atuais, vendo apenas pelo lado assistencialista e como forma de acolhimento. Com o passar do tempo fui percebendo a evolução no desenvolvimento social e cognitivo do meu filho e a compreender que na Creche o ato educativo também acontecia. Já no Curso de Pedagogia comecei a entender que a Creche não pode ser vista apenas pelo aspecto assistencial, justamente pelo fato de que essa primeira infância vem conquistando dia a dia seu espaço no sistema educacional.

Partindo dessas considerações comecei a levantar alguns questionamentos, entre eles, como se construiu essa concepção da Creche como uma instituição assistencialista? Que mudanças importantes aconteceram desde as primeiras Creches aos dias atuais? Que significados tais mudanças tiveram na vida das crianças?

Diante disso, o objetivo do trabalho é compreender como se constituiu as instituições de atendimento às crianças de 0 a 6 anos e como ocorreram as transformações históricas desde o momento de sua criação, no qual se tem uma perspectiva assistencialista, até os dias atuais. As conquistas e Leis que regulamentam o processo educativo nas creches e o direito ao ensino escolar, bem como o papel pedagógico que a Creche desempenha na educação infantil.

O presente artigo será produzido através da pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008, p.69):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Os autores e textos foram escolhidos a partir de leituras feitas em sala de aula e de artigos disponíveis na internet com grau de confiabilidade suficiente para uma pesquisa científica. A partir da leitura e seleção de informações úteis para a compreensão do tema a abordagem será feita por meio da análise qualitativa, descrita por Castro (s.d, p. 1) “de suma importância na Educação, pois as noções teórico-metodológicas que estão presentes nesse tipo de pesquisa estão embasadas numa linha investigativa”. Portanto, uma análise pessoal feita por meio da interpretação do que já foi escrito por outros autores sobre o tema.

Entre os documentos utilizados estão o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Leis de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB), Constituição Federal de 1988, Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB). Além disso, a pesquisa também se utiliza de autores Arroyo (2013), Rizzo (2003), entre outros.

2 CRECHES NO BRASIL: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA E A LEGISLAÇÃO

Os primeiros manifestos de ensino no Brasil surgiram durante o período colonial através dos Jesuítas, que tinham como objetivo colonizar os povos indígenas e impor a eles o catolicismo. O Estado desde esse período se esquivava da obrigação de garantir os direitos das crianças, dentre eles à educação (SAVIANI, 2010).

A primeira instituição de caridade criada no Brasil tinha como função amparar as crianças abandonadas, surgiu no Rio de Janeiro no ano de 1832, era chamada de “Roda do Exposto ou do Enjeitado”. Recebeu esse nome por possuir um dispositivo cilíndrico giratório que era fixado nas janelas das instituições, no qual eram colocadas as crianças abandonadas. A forma como as crianças eram levadas a essas instituições tinha como objetivo garantir a preservação da identidade dos familiares. Esse tipo de instituição permaneceu no Brasil por mais de um século, sendo extinta apenas em meados de 1950. (MARCÍLIO, 1997).

A Revolução Industrial, no século XVIII na Europa abriu caminhos para a contratação da mão-de-obra feminina nas fábricas, com isso, houve um aumento significativo no número de mulheres deixando suas casas e buscando se inserir no mundo do trabalho no intuito de auxiliar na renda familiar (DIDONET, 2001). No entanto, a maioria das mães operárias não tinha com quem deixar seus filhos, com isso começaram a surgir os primeiros locais de atendimento às crianças de forma voluntária. A iniciativa partiu de algumas mulheres da comunidade e contava com atividades como canto e memorização de rezas (RIZZO, 2003).

A urgência em recolher das ruas as crianças filhas dos pobres operários, que na maioria das vezes viviam abandonadas e sem cuidados, fez com que se ampliassem o número de instituições filantrópicas, no entanto, os rumores eram de que essas instituições submetiam as crianças a maus tratos, além da pouca comida e falta de higiene, fato que era de conhecimento das famílias, que acabavam aceitando tal situação, pois necessitavam do trabalho para sobreviver (RIZZO, 2003).

As primeiras creches criadas no Brasil foram exclusivamente de caráter assistencialista, tinham como objetivo abrigar os filhos de mulheres que trabalhavam fora, ou de outras mulheres que viviam em situação de vulnerabilidade social e não tinham condições de criar seus filhos. (RIZZO, 2003).

De acordo com Kuhlmann Júnior (1998), no Brasil a educação para a primeira infância iniciou no final do século XIX e teve diferentes denominações

como Creche, Asilo, Jardim de Infância, Orfanato, Casa de Infância, entre outras, mas que as nomenclaturas dadas às instituições não alteravam o objetivo, pois em grande parte tinham funções similares à Creche.

Apesar de muitos pensadores terem começado a reconhecer que o atendimento às crianças deveria ser diferente dos demais, não havia ainda estudos científicos que tratassem do seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, o atendimento às crianças era feito de modo intuitivo na maioria das vezes. (RIZZO, 2003)

Sobre os motivos pelos quais essas instituições foram criadas afirma Didonet (2001, p.12) que:

Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou coloca-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operários de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial(ista) da creche.

Sendo assim, as Creches assumiram essa função assistencialista por um longo período, embora nem todos conseguissem encaminhar seus filhos para as Instituições Escolares com essa finalidade. Ainda hoje a questão da falta de vagas é um problema e constantemente nos deparamos com situações divulgadas nas mídias, nas quais os pais relatam essa situação.

Aos poucos a infância vai conquistando seus direitos e seu espaço na sociedade, tanto no aspecto educacional, quanto no que se refere às leis que garantem os direitos dessa etapa de frequentar a escola formal.

A década de 1970 foi significativa para transformar essa perspectiva, pois nesse momento começam a surgir movimentos de mães que reivindicavam o direito de garantia da Creche para seus filhos. As dificuldades, e a situação precária em que a maioria das famílias viviam, impulsionaram essas mães a buscarem oportunidades no mercado de trabalho, e conseqüentemente passaram a exigir que o Estado cumprisse com sua

obrigação que era garantir aquilo que é de direito da infância: proteção, cuidado e educação (ARROYO, 2013).

Isso porque historicamente prevaleceram leis que garantiam que apenas crianças a partir de sete anos de idade tivessem direito a educação escolar. A Lei 5.692/1971 veio ainda para incorporar adolescentes de 10 a 14 anos, desobrigando cada vez mais o Estado de garantir educação para as crianças de Educação Infantil (ARROYO, 2013).

À medida que as mulheres foram conquistando seus direitos, especialmente no trabalho, a infância foi também conquistando seus espaços públicos. No entanto, no aspecto educacional, os espaços destinados às crianças na faixa etária de 0 a 6¹ ano, ainda eram vistos pelos governantes como assistencialistas, conveniados às Secretarias de Assistência Social. Isso porque até esse momento essa faixa etária não era percebida como parte importante no sistema público de educação. Para as creches deveriam se dirigir apenas crianças pobres, para serem ali acolhidas, sendo, portanto, um espaço popular (ARROYO, 2013).

Inicialmente, o que foi assegurado para a infância foi de caráter assistencialista, com criação de creches ou convênios ligados às Secretarias de Assistência Social (ARROYO, 2013).

A partir de 1940, o Estado passa a assumir uma postura mais comprometida com os direitos das crianças. Não assumiu totalmente o seu papel, mas ainda que de forma indireta, criou meios para intervir nos serviços prestados por instituições destinadas às crianças.

Uma das primeiras conquistas em benefício às crianças e mães operárias, foi concedida através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que determinou através de suas cláusulas que empresas que tivessem acima de 30 mulheres trabalhando teriam que ofertar um local próprio para abrigar as crianças que estivessem em fase de amamentação (DIDONET, 2001).

¹ Inicialmente através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) foi instituído que a Educação Infantil compreendia a faixa etária de 0 a 6 anos de idade, sendo alterada para 0 a 5 anos pela Lei 12.796, de 4 de abril de 2013.

Além disso, o Estado cria alguns órgãos responsáveis por pensar estratégias e políticas estatais para em conjunto com instituições responsáveis pela área de saúde, bem como de assistência social, oferecer assistência à mãe e à criança no Brasil. Exemplo disso foi a criação do Departamento Nacional da Criança (DNC) e da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (VIEIRA, 1988).

Como vimos até aqui, as políticas governamentais se deram no sentido de criar formas de acolher as crianças de mães trabalhadoras, ainda como assistencialismo. No entanto, somente com a Constituição Federal de 1988 pode-se notar de forma concreta os avanços referentes à Educação Infantil no Brasil.

A criação da Constituição Federal de 1988 fez acender as discussões acerca de políticas públicas, Leis, Diretrizes, Estatutos e Decretos que visavam garantir o direito constitucional à educação, em especial de creches e pré-escolas (SILVA, 2020).

Em relação a esse assunto Silva (2020, p.373),

A população brasileira, de agora em diante teria assegurada por sua Constituição direito à educação como reza o seu Art.208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia, inciso IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade e ainda, em Art. 206, inciso I, estabelecimento da garantia de ensino por meio do acesso e permanência.

A Constituição Federal de 1988, além de importante marco na história da educação foi também um divisor de águas entre o período assistencialista e o ensino. Isso em termos de legislação, pois para muitos a Creche ainda é um local procurado apenas para substituir o papel das babás, por falta de condições financeiras.

Posteriormente à Constituição Federal de 1988, instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (LDB), que traz algumas definições para a Educação Infantil, que passa a fazer parte da área educacional, classificada como primeira etapa da educação básica através do artigo 29, com foco para a formação integral da criança de 0 a 6 anos (BRASIL, 1996).

Vale ressaltar que após a LDB de 1996, várias políticas públicas começaram a serem pensadas e instituídas para a Educação Infantil entre elas, publicações nacionais que abriam a discussão a respeito do Educar e Cuidar nas instituições de atendimento para crianças de 0 a 6 anos com objetivos mais específicos para a aprendizagem.

No ano de 1998, o Ministério da Educação publica o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RCNEI), que tem como foco uma orientação aos profissionais deste público oferecendo-lhes uma referencia curricular, ou seja, os conteúdos e orientações didáticas para que os professores pudessem atuar baseados em práticas educativas considerando algumas especificidades da criança.

No ano de 2009, o Ministério da Educação publica as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), cujo objetivo é ampliado no sentido de que a atenção está agora voltada não apenas ao conteúdo e a forma de trabalha-lo, mas e principalmente, colocar a criança como sujeito/protagonista na construção de seu conhecimento e a importância de oferecer o acesso ao conhecimento cultural, científico e histórico. As Diretrizes possibilita que cada instituição construa seu Projeto Político Pedagógico definindo suas metas afim de possibilitar o desenvolvimento integral da criança, atendendo a demanda da sua realidade.

Em 4 de abril de 2013, foi sancionada a Lei nº 12.796, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer dentre outras providências a mudança da faixa etária de 0 a 6 anos para 0 a 5 anos da Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. No texto oficial:

Art.29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2013).

De acordo com Kappel et al. (2001, p.36), o ensino ofertado às crianças de 0 a 6 anos de idade, em creches e pré-escolas, ao contrário do que se imagina, garante não só assistência, saúde, alimentação e segurança às crianças, mas também conhecimentos pedagógicos no âmbito “educativo”.

Este reconhecimento é um grande avanço, tendo em vista a forma como a infância era tratada, como objeto de assistencialismo, quase como um problema para a sociedade. É o que nos diz Arroyo (2013, p. 179)

O reconhecimento de seu direito à educação é um dos espaços promissores. A presença da infância na sociedade era reconhecida ora como objeto de cuidados, de proteção, de assistência, ora como incômodo, como um ser pré-humano submetido aos instintos, irracional, in-fans, não falante porque ainda não pensante; na minoridade intelectual, moral, humana. Um ser humano em potencial, logo sem direitos.

Já em 1990, cria-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com base na Lei nº 8069/1990 introduziu a concepção de proteção de forma integral às crianças e adolescentes, não priorizando apenas a visão assistencialista, repressiva e corretiva das ações socioeducativas (ANDRADE, 2010).

Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) em 2013, mais um avanço é conquistado na Educação Infantil. O documento afirma que historicamente e durante muitos anos, nas instituições de atendimento de crianças de 0 a 6 anos o **cuidar** esteve voltado para crianças pobres e que o **educar** esteve voltado para crianças mais abastadas ou de grupos privilegiados. O documento amplia a visão da criança como sujeito do processo de educação e que todas as dimensões (afetivas, cognitivas, linguísticas, sociais, éticas, estéticas, culturais...) precisam ser bem trabalhadas durante toda a Educação Infantil.

Dentre os direitos alcançados pela infância em relação ao processo educativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 15 de dezembro de 2017, traz a definição de importantes direitos e objetivos para a aprendizagem e desenvolvimento da educação básica, dividida em três fases, sendo a primeira delas a de Educação Infantil (SILVA, 2020).

Ver a infância de modo assistencialista impossibilitou durante muito tempo que políticas públicas fossem destinadas a esta fase tão importante da vida. Políticas essas, não apenas voltadas para a educação, mas para vários outros espaços públicos. O cuidado que era exclusivamente materno, tomou outras proporções nas últimas décadas, sendo hoje, assim como é para outras etapas, obrigação do Estado: “Reconhece-se o direito da infância a políticas

públicas de proteção e cuidado, de educação, saúde, alimentação, em espaços públicos, com recursos públicos e com profissionais públicos [...]” (ARROYO, 2013, p.180).

No entanto, esta garantia de direitos se configura de diferentes formas e em consonância com a classe social de cada infância. Alguns são mais privilegiados que outros, e esta realidade se aplicam a qualquer setor.

É inegável o apoio que a creche proporciona às mães que trabalham fora, porém, é extremamente importante que a creche desempenhe além do papel assistencial, o papel educativo que é essencial ao desenvolvimento social e cognitivo da criança.

Os cuidados devem ir além de saúde, nutrição e segurança, é importante que haja estrutura física, material e humana adequada para oferecer benefícios sociais e culturais às crianças (KAPPEL et al., 1999).

Mesmo após grandes mudanças e conquistas no âmbito da Educação Infantil, a visão de que a creche é somente ambiente assistencialista ainda se faz presente e embasados nesses pensamentos retrógrados de décadas passadas. Essas mesmas pessoas cobram posturas dos gestores públicos, coordenação e professores, deixando de lado os deveres dos pais, também expressos na legislação, como no caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96), que traz em seu artigo 9º: “III - A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização” (BRASIL, 1996). Logo, a percepção de que as instituições escolares precisam do apoio das famílias, e, vice-versa, e, por este motivo, precisam oportunizar para que os pais e a comunidade escolar participem da construção dos projetos políticos e pedagógicos, o que se constitui como fator relevante.

No período que antecede os anos de 1980, a mulher não participava do mundo do trabalho como profissão, a ela eram reservadas responsabilidades relacionadas ao âmbito doméstico, como cuidar da casa e dos filhos. A grande maioria das crianças, nesta época, só frequentava a escola a partir dos sete anos de idade, estando na infância aos cuidados de suas mães ou responsáveis.

Isso porque na década anterior a Educação Infantil foi pensada, mas como uma forma de garantir um local para acolher as crianças com caráter assistencialista, enquanto as mães trabalhavam. E, com relação às existentes ainda é possível verificar que acima de 50% das crianças eram encaminhadas para instituições particulares, deixando claro, com isso, que frequentar a pré-escola tinha um caráter elitista. Essa tendência começou a ser transformada a partir de 1982, mas sem muito compromisso com o aspecto formativo de qualidade (KRAMER & SOUZA, 1991).

Tais transformações foram essenciais para que nos dias atuais a Educação Infantil ganhasse importância e preocupação entre pensadores e governantes, deixando de ser entendida apenas por seu caráter assistencialista, atendendo somente filhos de trabalhadores, e passou a se enquadrar como instituição educacional, embora ainda precise continuar avançando nesse sentido. O aspecto educacional é fundamental nessa etapa escolar, pois as crianças permanecem cerca de dez horas na creche, na qual fazem todas as suas refeições, cerca de cinco por dia, além de dormirem (dependendo da idade), cuidar da higiene pessoal, fazer tarefas educativas e brincar.

Embora a Creche tenha como função também acolher as crianças para que os pais possam trabalhar é possível identificar que muitas se dirigem para estes locais apenas para se isentar da responsabilidade do cuidar dessas crianças. Ao menos, essa é uma realidade em nosso meio, no qual algumas famílias mesmo sem precisar que as crianças fiquem o dia todo na escola optam pela Creche. Por terem ainda uma visão assistencialista da creche transferem sua responsabilidade de pais para a instituição escolar, já que lá suas crianças recebem todo o cuidado e até mesmo alimentação necessária. Ressalta-se o fato de que, o acesso à creche é um direito de todos, no entanto, a demanda por vagas é muito alta e acaba acontecendo de mães trabalhadoras não conseguirem vagas para suas crianças, e tudo isso se deve também à escassez das verbas destinadas às creches, que em sua maioria são insuficientes (SANTOS, 2020).

Os pais precisam entender que a creche jamais substituirá os cuidados familiares, especialmente no tocante à afetividade, principalmente nesse período, no qual o afeto é relevante ao seu equilíbrio emocional.

Com isso, entendemos que nesta fase tanto a família quanto a escola são essenciais e complementares no papel educativo das crianças da Educação Infantil, pois elas estão se formando em contato com os primeiros grupos sociais. Sendo assim, Bondioli; Mantovani (1998, p. 122) nos faz pensar que:

Cuidar e educar se realizam num gesto indissociável de atenção integral. Cuidando, se educa. Educando se cuida. Impossível um sem o outro. Assim sendo, os profissionais da educação continuam a dialogar sempre com os familiares para que sempre haja parceria para melhor desenvolvimento e aprendizagem das crianças. A parceria entre educadores, demais agentes da instituição e família é essencial para que o cuidar e o educar aconteça de forma equilibrada. Essa atitude se dá, tendo como referência uma pedagogia que auxilia na compreensão dos fenômenos do processo educativo.

O meio exerce grande influência sobre a educação que os pais proporcionam aos seus filhos. A creche como instituição educacional também exerce influência sobre as famílias, portanto é fundamental que haja interação entre alunos, pais e profissionais de educação. Interação esta que deve propiciar a todos os envolvidos no processo a consciência do que é de fato responsabilidade e papel da creche de modo a proporcionar de modo efetivo o desenvolvimento de cada aluno. Embora a criança passe muito tempo na creche, o processo educativo é de responsabilidade da família, que é também a chave para superar o paradigma de que a esta é simplesmente um lugar para os pais deixarem os filhos enquanto trabalham (CASANOVA, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática abordada nesse artigo nos faz constatar que houve uma grande evolução com relação aos direitos físicos, morais, sociais e

educacionais das crianças, muitas leis foram criadas no intuito de fazer cumprir o que sempre foi dever do Estado, mas particularmente direito da infância, mesmo quando ainda não tinha o *status* de legalidade garantida pela legislação. No entanto, mesmo diante de todo este avanço, ainda existem instituições que priorizam o aspecto cuidador. Outro ponto negativo que ainda hoje podemos observar é com relação às verbas destinadas à educação infantil, que quase sempre são escassas, o que torna mais difícil a disponibilização de um ambiente adequado para as crianças, além de tornar o sonho de garantia de qualidade na educação infantil um pouco mais distante.

Outro empecilho está relacionado à visão das famílias sobre a creche, que em sua maioria atribuem ao sistema educacional obrigações que são exclusivamente do âmbito familiar, agregando à creche uma responsabilidade totalmente oposta ao seu papel educativo. Ainda há muito para ser feito, a mudança não acontece da noite para o dia, essa busca precisa ser contínua e para chegar ao ideal à reflexão sobre o tema é essencial, pois provoca cada vez mais ações políticas e institucionalizadas para a melhoria da qualidade educacional ofertadas nas creches.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-07.pdf>> . Acesso em: 02 de nov. 2020.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa** – 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual da educação infantil de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 13 de nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Educação Infantil** p. 80 a 101. Brasília: MEC/SEB, DICNEI, 2013.

CASANOVA, Leticia Veiga. **Creche e família ou creche e famílias: o contexto dessa relação na contemporaneidade**. Horizontes, v.34, n.2, p.41-48, ago/dez. 2016.

CASTRO, Juliana Ferreira de. **A importância da Pesquisa Qualitativa na Educação, suas contribuições e abrangência científica**. Disponível em: <<http://scientificmagazine.net/artigos%20PDF/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20PESQUISA%20QUALITATIVA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O,%20SUAS%20CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%20E%20ABRANG%C3%84NCIA%20CIENT%3%8DFICA.pdf>>. Acesso em 10 de nov. 2020.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche , um bom começo**. Em Alberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. V 18, n. 73. Brasília, 2001. p. 11 – 28.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social/** Antônio Carlos Gil – 6. Ed – São Paulo: Atlas, 2008.

JÚNIOR, Moisés Kuhlmann., **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998, 209 p.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; CARVALHO, Maria Cristina; KRAMER, Sônia. **Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da pesquisa sobre padrões de vida/IBGE**. Em Revista Brasileira de Educação, jan-abr. número 016. Associação Nacional de Educação. São Paulo, Brasil, 2001. Pp.35-47.

KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim. **Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo. Editora Loyola, 1991.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, Socorro Maria dos. A visão da família sobre o papel da educação infantil/ creche. Disponível em: <<http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/9593>>. Acesso em 01 nov. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, 67, 3-16, nov. 1988. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1215/1220>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: | |

Nome Completo do Autor: Helen dos Santos Moreira

Matrícula: 2018212222330112

Título do Trabalho: Do assistencialismo ao processo educativo: o papel pedagógico da creche.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 09/12/2020

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local Ipameri, 09/12/2020.
Data


Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)